

HABEAS CORPUS Nº 570.565 - SP (2020/0079493-4)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : ISAILDO PIRES DE CALDAS
ADVOGADO : ISAILDO PIRES DE CALDAS - SP366891
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ERIVELDO DE SOUSA MARQUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* profilático, com pedido de liminar, impetrado em favor de ERIVELDO DE SOUSA MARQUES, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O Tribunal local, em decisão rarefeita, ao denegar o pedido liminar formulado no *writ* originário de n. 2057377-94.2020.8.26.0000, manteve a segregação cautelar do ora paciente, decretada pela autoridade coatora da localidade.

Consta dos autos a prisão preventiva do custodiado e de "outros investigados" (fl. 5), decorrente de suposta prática dos delitos de "organização criminosa na reintegração de posse de veículos apreendidos" e "possíveis práticas de estelionato" (fl. 5).

Sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que, face à ausência de indícios de autoria delitiva, evidenciados aos autos em cotejo à prefacial acusatória, o trancamento da presente persecução criminal, despida de justa causa, é medida ambulatorial de rigor.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO

Superior Tribunal de Justiça

ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente